



INFORMATIVO MINISTÉRIO PÚBLICO *Paraíba*

Ano I • Nº 6 • janeiro de 2009

Promotores de Justiça da Paraíba receberão notebooks para auxiliar ações do MP

A Procuradora-Geral de Justiça, Janete Maria Ismael, determinou que todos os Promotores de Justiça da Paraíba, no primeiro trimestre deste ano, irão receber um notebook para auxiliar no desenvolvimento das ações implementadas nas Promotorias de Justiça.

Pág. 3



CONCURSO

MPPB premia alunos vencedores da campanha contra a corrupção.

Pág. 3

POSSE

Colégio de Procuradores dá posse ao Corregedor-Geral e membros do Conselho Superior.

Pág. 4

SALÁRIOS

Justiça atende pedido de Promotor e bloqueia mais de R\$ 600 mil de Prefeitura.

Pág. 7

FISCALIZAÇÃO

Promotora recomenda que Prefeitura fiscalize cumprimento do Peti.

Pág. 8

Defesa do erário público

Desde a conclusão das últimas eleições municipais, o Ministério Público Estadual vem tendo significativa participação na transição dos gestores, seja evitando a dilapidação desenfreada do patrimônio público, ou orientando os novos prefeitos no controle dos gastos públicos e outras atividades afins.

As denúncias da prática de “terra arrasada” foram inúmeras – nem todas confirmadas – e davam conta de que alguns gestores, principalmente quando não reconduzidos aos cargos, buscavam sacar todos os valores ainda existentes nas contas públicas, além de devastar o patrimônio físico das edificações. Previamente alertados, vários promotores, de forma hábil e sem alarde, manejaram as providências cabíveis e conseguiram, com o bloqueio de contas e outras medidas necessárias, evitar a malversação do patrimônio do povo no apagar das luzes de algumas administrações.

Em outra providência importante, o bloqueio das contas municipais serviu para a quitação de salários dos servidores, atrasados sem nenhuma justificativa plausível.

É de se ressaltar, entretanto, que o papel repressor da instituição ministerial não serve como regra geral na defesa da coisa pública. Na esteira de uma nova mentalidade política e de uma relação madura e proveitosa entre as instituições, inúmeros alcaides espontaneamente procuraram o órgão ministerial buscando orientação sobre a tramitação legal de várias condutas administrativas, numa clara, feliz e eloqüente demonstração de zelo com a administração. Para esta palpável mudança de comportamento e, principalmente, para uma nova visão da necessidade de abandonar conceitos danosos e antiquados, muito vem contribuindo a saudável parceria que cada vez mais se consolida entre os ministérios públicos e os tribunais de contas estaduais.

O comportamento vigilante e produtivo do Ministério Público na defesa do bem público e da sociedade como um todo, mais uma vez, demonstra a sua importância como instituição integrante da esfera de poder do Estado.

EXPEDIENTE

Procuradora-Geral de Justiça:
Janete Maria Ismael da Costa Macedo
Subprocurador-Geral de Justiça (em exercício):
José Raimundo de Lima
Corregedor-Geral do Ministério Público:
Paulo Barbosa de Almeida
Secretário-Geral do Ministério Público:
Cláudio Antônio Cavalcanti

Jornalista Responsável:
Eloise Elane – DRT/PB- 2687/90
Registro nº 293
Integrantes da Assessoria de Imprensa do
MPPB: Amira Félix, Lila Santos
Fotógrafo:
Adeilton Almeida
Projeto Gráfico e Diagramação:
Sebastian Fernandes - Registro nº 1.742



Ministério
Público da
Paraíba

Procuradoria Geral de Justiça
Rua: Rodrigues de Aquino, S/Nº, Centro,
CEP: 58.013-030 - João Pessoa-PB

Tiragem: 1.000 exemplares

Opinião

Orkut: abuso e solução

Leonardo Fernandes Furtado*

A rapidez, o custo e a eficácia da internet formam o ambiente perfeito ao colossal crescimento de seu uso e de sua importância, tornando tal tema corriqueiro na diagramação de artigos e discussões jurídicas.

A freqüente abordagem da matéria resulta da participação universal desse fantástico mecanismo de comunicação na dinâmica e no rumo de todas as áreas de desenvolvimento humano, resvalando interessantes efeitos no mundo do Direito.

Na seara cibernética, o Orkut¹ tem suscitado a pronta atuação do Ministério Público porque, não raras vezes, a população busca o respectivo representante ministerial a fim de solucionar a má utilização do sistema, noticiando a criação de perfis e a aposição de mensagens com conteúdo antijurídico de gravidade espantosa.

Preenchida casuisticamente a legitimidade do Ministério Público para atuação no caso específico, questiona-se a respeito do caminho mais efetivo a ser adotado para extirpar a ilegalidade constatada, máxime quando se sabe da incomensurável celeridade de difusão das informações veiculadas na internet, atingindo infinito número de pessoas em diminuto lapso de tempo, causando enormes estragos aos mais variados bens jurídicos.

Os instrumentos judiciais, apesar do insistente combate à lentidão jurisdicional (art. 5º, LXXVIII, CRFB), demandam escala mínima de tempo que, muitas vezes, pode ser o suficiente para instaurar irreparáveis danos à pessoa ofendida (p.ex.: inclusão de informação depreciativa e imoral), a qual jamais recuperará integralmente a anterior incolumidade da sua esfera jurídica.

Conveniente e extremamente eficaz, portanto, é a utilização das recomendações (art. 27, parágrafo único, IV, Lei nº 8.625/93; art. 6º, XX, LC 75/93), que, apesar de não terem caráter coercitivo do ponto de vista jurídico, angariaram absoluto acatamento por parte da empresa gerenciadora do Orkut, qual seja, a GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA².

Assim, objetivando prestar celereamente os serviços ministeriais (princípio da eficiência; art. 37, caput, CRFB), a expedição de recomendação a GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA tem alcançado rápida solução dos problemas encontrados no Orkut, máxime quando a comunicação se dá através de fax (11 – 3797 - 1001), dispensando-se, portanto, o manejo de ações judiciais.

1 O Orkut é uma rede social na internet, criada em 19 de Janeiro de 2004 com o objetivo de ajudar seus membros a criar novas amizades e manter relacionamentos.

2 Pessoa jurídica de CNPJ nº 06.990.590/0002-04, com domicílio na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 5º andar, São Paulo – SP, CEP 04538-132, telefone (11) 3797-1000 e (11)3797-1001.

* Leonardo Fernandes Furtado
– Promotor de Justiça em
exercício nas Promotorias de Condado
e Malta

Colégio de Procuradores do MPPB empossa Corregedor-Geral e membros do Conselho Superior da Instituição

O Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público da Paraíba deu posse ao novo Corregedor-Geral da Instituição, Procurador de Justiça Paulo Barbosa de Almeida e aos oito Procuradores de Justiça, membros do Conselho Superior do MPPB. Eles irão atuar durante o biênio 2009/2010. A posse aconteceu durante sessão solene do Colégio, realizada no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, na Capital.

Como membros efetivos do CSMP tomaram posse os Procuradores de Justiça Francisco Sagres Macedo, José Raimundo de Lima, Lúcia de Fátima Farias, Nelson Lemos e Otanilza Nunes. Como membros suplentes foram empossados também os Procuradores de Justiça José Marcos Navarro, Kátia Rejane Medeiros e Josélia Alves de Freitas. A Procuradora-Geral de Justiça, Janete Ismael, também integra o Conselho, junto com o Corregedor-Geral do MP, como membros natos, nas funções de Presidente e vice, respectivamente.

A solenidade foi presidida pela Procuradora-Geral, Janete Ismael. Em seu discurso, ela enfatizou a importância dos membros que estavam assumindo os cargos no Conselho. Destacou, ainda, o trabalho realizado pelo Procurador de Justiça, José Roseno Neto, ex-Corregedor-Geral, bem como, falou da importância do Procurador Paulo Barbosa, como novo Corregedor. “Essa não é mais a imagem que se deve ter da Corregedoria-Geral, de ontem e hoje, notadamente por-



Procurador Paulo Barbosa e os membros do Conselho durante a posse

que o novo e o anterior Corregedor-Geral, Paulo Barbosa e José Roseno, homens forjados em profundos e sólidos conhecimentos, têm, tradicionalmente, demonstrado seus desejos concomitantes de aprender e ensinar, mais especificamente de, com perdão do trocadilho, aprender ensinando e de ensinar aprendendo”, observou.

Em nome dos membros que tomaram posse no Conselho discursou a Procuradora Lúcia de Fátima, que falou sobre a importância da Constituição de 1988 para o Ministério Público e sobre as funções do CSMP. Já o Procurador José Roseno, ex-Corregedor-Geral, em seu discurso homenageou o novo Corregedor-Geral, agradeceu a seus familiares e todos os servidores que integraram sua equipe na Corregedoria, como também, fez uma prestação de contas de todas as suas realizações à frente da Corregedoria-Geral. “É na certeza do dever cumprido, que transiro

ao meu querido amigo Paulo Barbosa de Almeida, o cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público da minha querida Paraíba”, disse.

O último a discursar foi o novo Corregedor-Geral do MP, Paulo Barbosa de Almeida, que agradeceu a todos e destacou, não só a importância do MP após a Constituição de 88, como também, a importância da existência dos órgãos do controle externo e a adoção da transparência como modelo de gestão. “Adotando a transparência como modelo de atuação, todos seremos compelidos a trilhar os caminhos da legalidade. E caminhando à sombra da lei, na certa alcançaremos o ideal de justiça, uma das principais metas de toda sociedade politicamente organizada”, enfatizou.

Promotores Corregedores - Os Promotores de Justiça João Geraldo Carneiro, Jonas Abrantes Gadelha e Newton Carneiro Vilhena tomaram posse como Promotores Corregedores e irão auxiliar o Procurador de Justiça, Paulo Barbosa de Almeida na Corregedoria-Geral do Ministério Público da Paraíba. Eles assinaram o Termo de Posse no gabinete da Procuradora-Geral de Justiça, Janete Ismael.

A Corregedoria-Geral de Justiça é um órgão do Ministério Público e tem como dever acompanhar o trabalho dos membros da Instituição nas suas atividades de execução. De acordo com a Lei de Organização do Ministério Público, o órgão é composto pelo Corregedor-Geral, sendo ele Procurador de Justiça, e três Promotores Corregedores, indicados pelo Corregedor-Geral dentre membros de carreira de terceira entrância.

Promotores de Justiça da Paraíba receberão notebooks para auxiliar ações do MP

A Procuradora-Geral de Justiça, Janete Maria Ismael, determinou que todos os Promotores de Justiça da Paraíba, no primeiro trimestre deste ano, irão receber um notebook para auxiliar no desenvolvimento das ações implementadas nas Promotorias de Justiça.

“A licitação já foi efetuada, no entanto a entrega ainda não aconteceu porque a empresa vencedora não dispõe, no momento, do material em quantidade suficiente para atender a demanda. Nesta gestão, prometi

investir na informatização do Ministério Público, de forma a melhorar as condições de trabalho dos membros da Instituição. Muito tem sido feito nesta área e o próximo passo, este ano, é entregar os notebooks aos Promotores de Justiça, em todo o Estado”, explicou Janete Ismael.

Em maio do ano passado, a Diretoria de Apoio Funcional do Ministério Público da Paraíba foi informatizada e os Procuradores de Justiça passaram a levar notebooks para as sessões das Câmaras Cíveis e Criminais,

como também do Tribunal Pleno, com os pareceres digitalizados nos processos de 2º grau. “O parecer digitalizado facilitou o trabalho dos Procuradores, pois não precisaram mais levar pastas com papéis às sessões”, destacou a Procuradora-Geral.

No final do ano passado, os Procuradores de Justiça do MPPB receberam orientações sobre o uso do programa de computador BrOffice. A palestra “BrOffice: Uma Experiência de Software Livre no Ministério Público da Paraíba, foi ministrada pelo servi-

dor Wilkens Lenon Silva, Auxiliar Técnico de Promotoria.

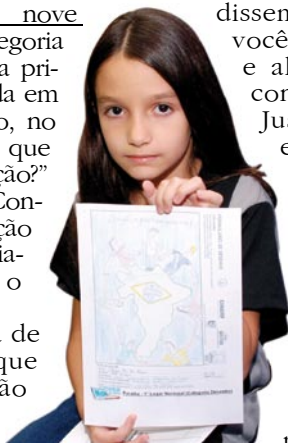
Segundo Janete Ismael, o objetivo foi despertar o interesse do colegiado pelo software livre, especialmente o BrOffice, que hoje já conta com mais de doze milhões de usuários no Brasil. “O interesse dos membros do Colégio de Procuradores de Justiça em participar da palestra, demonstra o pensamento moderno da Instituição em utilizar os instrumentos da informática na administração do Parquet”, concluiu.

Ministério Público da Paraíba premia cerca de 12 alunos vencedores do concurso da campanha contra a corrupção

A CAMPANHA DE COMBATE À CORRUPÇÃO, QUE FOI ADOTADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA, PREMIOU CERCA DE 12 ALUNOS NAS CATEGORIAS DESENHO E REDAÇÃO. OS ESTUDANTES RECEBERAM, COMO PRÊMIOS, COMPUTADORES, CÂMERAS DIGITAIS, APARELHOS DE DVD, ENTRE OUTROS. A PREMIAÇÃO FOI ENTREGUE NO AUDITÓRIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, DURANTE EVENTO COMEMORATIVO AO DIA INTERNACIONAL CONTRA A CORRUPÇÃO.

A estudante **Laura Cavalcanti Carneiro da Cunha**, de nove anos, na categoria desenho, foi a primeira colocada em todo o Estado, no concurso da campanha “O que você tem a ver com a corrupção?” e em âmbito nacional no 2º Concurso de Desenho e Redação promovido pela Controladoria-Geral da União (CGU) sobre o mesmo tema.

Segundo a Promotora de Justiça Rhomeika Porto, que faz parte da coordenação estadual da campanha, o resultado foi bastante



positivo. “Nós conseguimos penetrar em todo o Estado da Paraíba com a disseminação do Projeto ‘O que você tem a ver com a corrupção’ e alcançamos a meta que era congrega os Promotores de Justiça em volta desse tema e também conseguimos o primeiro lugar nacional na categoria desenho”, informou.

Já o Promotor de Justiça e também coordenador da campanha, Edmilson Campos falou que se surpreendeu com o êxito logrado pela campanha. Ele achava que teria dificuldade de engaja-



Promotor Edmilson de Campos Filho discursa na premiação

mento dos demais Promotores de Justiça e professores porque seriam tirados de seus afazeres corriqueiros e das salas de aula. “A campanha ganhou corpo e nos sentimentos gratificados com o sucesso alcançado”, afirmou.

A premiação encerrou formalmente a campanha “O que você tem a ver com a corrupção”, desenvolvida na Paraíba pelo Ministério Público Estadual desde o mês de junho do ano passado. Na categoria Redação, na Rede Pública, foi vencedora a estudante Sinara de Almeida Cardoso, da cidade de Esperança-PB. Na Rede Privada, venceu a estudante Marinna Cassimiro Maciel do município de Sousa-PB.

O Controle, as Licitações e os Contratos da Administração Pública

Arquimedes Guedes Rodrigues*

Charles-louis de Secondat, mais conhecido como o Barão de Montesquieu, famoso pela sua teoria da separação dos poderes, foi um dos pioneiros a manifestar a óbvia resultante da combinação de poder e falta de controle. Constatou ele: “todo homem que tem em mãos o poder é sempre levado a abusar dele, e assim irá seguindo, até que encontre algum limite”.

Institucionalmente, os limites mais próximos das ações administrativas são aqueles exercidos pelos respectivos Sistemas de Controle Interno previstos na nossa Constituição Federal. E é pela sua relevância que, para os mandatos municipais que se iniciam, o TCE/PB, em conjunto com a CGE/PB,

promoveu encontro com os prefeitos eleitos no qual recomendou a criação de controles internos em todos os governos municipais.

Estes são esforços que brotam como fruto de uma consciência social pró-controle, a despeito do enorme déficit que nos separa dos chamados países-referência, nos quais, segundo estudos de Stephen Kanitz, no seu celebrado artigo ‘a origem da corrupção’, há 100 auditores para cada cem mil habitantes; alvo desafiador para o controle de nossa Administração Pública nacional que possui apenas 8 auditores para cada cem mil habitantes, perfazendo um déficit de 160.000 auditores no Brasil.

É nesse contexto que insiro as ações licitatórias e

os contratos da administração pública. Alvos de rígidas apurações ante a fumaça da suspeita, carece, entretanto, pela insuficiência do Sistema de Controle, da tutela por ele exercida dentro de sua função de vigiar, orientar e corrigir, previamente e posteriormente, os atos administrativos, dando-lhes integridade e credibilidade, aspectos fundamentais para a construção do reconhecimento da justeza dos atos destes procedimentos.

Alie-se, ainda, a estes sistemas de controle, a criação de Ouvidorias, que irão constituir-se numa verdadeira porta para participação popular no poder, que, adiante do exercício do voto popular, passa, também, a exercer influência durante o exercício dos mandatos conferidos.

Finalmente, citando ainda Montesquieu, para quem ‘até a virtude precisa de limites’, é que nos associamos aos que convocam a sociedade e os poderes constituídos para exercerem os seus direitos de fiscalização sobre as gestões públicas, cobrando a criação de Sistemas de Controles institucionalizados, o aumento do número de auditores e a criação das respectivas Ouvidorias, de forma a saber lidar com os mais entranhados vícios ou características humanas no exercício das funções públicas.

*Arquimedes Guedes Rodrigues é auditor da Controladoria Geral do Estado/PB e atualmente serve ao PGMP/PB junto à Comissão de Acompanhamento de Gestão e Controle de Atos Administrativos (CGC).

Ministério Público em Campina Grande instaura mais de 5 mil procedimentos em 2008

CERCA DE 5.500 PROCEDIMENTOS FORAM INSTAURADOS, DURANTE O ANO PASSADO, PELAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA ESPECIALIZADAS DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE-PB, AUMENTANDO EM 40% A DEMANDA DA POPULAÇÃO SOBRE OS ATENDIMENTOS FEITOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. A PROMOTORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE APARECE COM 3.465 ATENDIMENTOS, SEGUIDA PELA DA SAÚDE COM 1.274 CASOS REGISTRADOS.

De acordo com levantamento feito junto ao Cartório da Promotoria de Infância e juventude, houve nesse período 2.270 atendimentos à população com orientações jurídicas e 174 procedimentos administrativos instaurados, englobando ações como as de guarda, de regulamentação de visitas, de tutela, de alimentos, de adoções e de busca e apreensão de menores. Foi requisitada a instauração de 124 inquéritos policiais e intensificado o programa de combate à evasão escolar nos estabelecimentos públicos de ensino.

Uma das metas a serem implantadas neste ano pelo Promotor Herbert Targino é o programa "Aula-Vaga, nunca mais". Para viabilizar esse arrojado projeto, o Ministério Público irá firmar parceria com a Universidade Estadual da Paraíba. Intensificar o combate à exploração comercial e sexual e à redução de violência contra crianças e adolescentes é outro objetivo do titular da Promotoria da Infância e da Juventude de Campina Grande.

Criada há pouco mais de dois anos, a Promotoria de Saúde vem se constituindo num dos órgãos do Ministério Público mais procurados pela comunidade campinense. Os mais de 1.200 atendimentos efetuados são frutos da realização de 48 audiências que resultaram em inspeções a entidades e instituições de atendimentos médico-hospitalares; instauração de inquéritos civis; proposição de ações civis públicas e petições de ações judiciais em favor das pessoas que recorreram ao MP durante o ano de 2008.

Entre as metas a serem alcançadas a partir deste ano pela Promotoria da Saúde, conforme disse a Promotora Adriana Amorim de Lacerda, é a implementação da intensificação das ações de fiscalização e controle da atenção básica à saúde, através de visitas e inspeções das unidades do Programa Saúde da Família, que se constitui na "porta de entrada" do Sistema Único de Saúde (SUS).

Já a Promotoria dos Direitos do Cidadão registrou no decorrer de 2008, 135 reclamações individuais. Deste total, 74 ainda continuam em tramitação, onde 44 delas são relacionadas a direito de pessoas idosas, principalmente no que se refere às averiguações de negligência e maus tratos em desfavor de pessoas da terceira idade; outras quatro versando sobre matéria de interesse de portadores de necessidades especiais e, ainda, 24 sobre questões diversas. Ainda tramitam duas ações provenientes de períodos anteriores, cujos trabalhos estão na iminência de serem concluídos.



Promotor Luis Nicomedes

Segundo o Promotor Luís Nicomedes de Figueiredo Neto, titular de Direito do Cidadão, existe para este ano a perspectiva de atuação mais efetiva visando garantir a acessibilidade e o respeito aos direitos dos idosos e portadores de necessidades especiais, "sem descuidar, evidentemente, das demais matérias relativas às nossas atribuições institucionais", frisou o Promotor.

Muito embora só tenha efetuado no decorrer de 2008 63 procedimentos provenientes das reclamações feitas pela comunidade de Campina Grande, a Promotoria de Defesa do Meio Ambiente vem atuando com desenvoltura quanto à solução dos problemas que lhes são apresentados, quer através de Termos de Ajustamento de Conduta, quer por meios de acordos consensuais entre reclamantes e reclamados.

As principais queixas que chegam à Promotoria de Defesa do Meio Ambiente se relacionam com poluição sonora, ambiental e atmosférica, maus tratos contra animais, desmatamentos, acúmulo de lixo, criação de animais em áreas urbanas, cortes de árvores e poluição visual. No entendimento da Promotora interina Adriana Amorim de Lacerda, que substituiu o Promotor Márcio Teixeira de Albuquerque, atualmente de férias, a cada dia a população se interessa cada vez mais pela preservação ambiental, de modo geral.

O projeto "Campina, um Grande Jardim", que em 2008 ganhou corpo na sua execução através de parcerias entre Ministério Público e várias entidades e instituições representativas da sociedade campinense, deverá ganhar mais força a partir deste ano, com a substancial distribuição de mudas de árvores por vários bairros da cidade.

MP vai incentivar consumidor da Capital a usar sacola permanente e ganhar créditos pelo uso

O Coordenador do 1º Centro de Apoio Operacional às Promotorias, Promotor de Justiça Hamilton de Sousa Neves Filho, pretende implantar, já no primeiro trimestre deste ano a proposta de que o consumidor de João Pessoa terá um crédito de R\$ 0,03 (três centavos) por cada sacola de plástico que deixar de usar nas compras. Essa ação faz parte de uma série de atividades direcionadas as questões ambientais, que estão sendo desenvolvidas pelo Ministério Público da Paraíba, em parceria com supermercados e padarias da Capital.



Promotor Hamilton de Sousa

Conforme explicou Hamilton Neves Filho, está agendada uma reunião ainda este mês com representantes da Associação dos Supermercados da Paraíba, Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria do Estado da Paraíba (Sindipan-PB) e Supermercado Wal-Mart (Bompreço), onde se pretende definir a data do início do projeto na Paraíba. Ele informou que o Wal-Mart já possui um plano piloto em execução nas lojas de Recife-PB e Salvador-BA.

O Projeto consiste em incentivar o consumidor a não utilizar a sacola plástica, substituindo-a por sacolas permanentes. "Nosso objetivo é deseducar o consumidor quanto ao uso da sacola plástica, porque nos últimos 30 anos nós fomos educados a consumir sacolas plásticas. Mas agora há uma nova realidade, uma nova concepção para desestimular o uso dessa sacola por ela ser tão nociva ao meio ambiente", disse Hamilton Neves.

Segundo Luiz Herrisson, diretor de Assuntos Corporativos do Wal-Mart Brasil, o projeto pretende reduzir em 50% o uso da sacola plástica em cinco anos no Brasil, fazendo o consumidor entender a importância de reduzir o uso do plástico por conta dos danos ao meio ambiente e utilizar qualquer outro tipo de embalagem retornável. "Além da conscientização que estará sendo feita nas lojas, nós estamos oferecendo um incentivo concreto e real no bolso do consumidor que é o desconto por cada sacola plástica não utilizada. Esse é justamente o valor integral da sacola plástica", disse.

De acordo com Herrisson, em média, se usa cinco itens em cada sacola, o que gera o crédito de R\$ 0,03 a cada cinco itens registrados no caixa. Quando o caixa totaliza a compra do consumidor, o sistema vê quantos itens foram adquiridos e dá o desconto relativo àquela quantidade de itens. O consumidor, então, pode optar pelo desconto, levando de casa o carrinho de feira, caixa de papelão, ou qualquer outro tipo de sacola retornável.

O diretor ainda informou que na primeira semana de execução do projeto em Recife e Salvador, já foram economizadas mais de 200 mil sacolas plásticas, com descontos de cerca de R\$ 7.000,00 e mais de 30 mil sacolas permanentes vendidas. A campanha está acoplada a todo um material de conscientização do consumidor, mostrando que um brasileiro adulto consome cerca de 880 sacolas plásticas por ano.

Delegacias de Polícia da Capital terão que instaurar inquéritos de crimes de ação civil pública ocorridos em 2008

A partir deste início de ano a Central de Acompanhamento de Inquéritos Policiais - Caimp, órgão do Ministério Público da Paraíba, vai exigir de todas as Delegacias de Polícia de João Pessoa a imediata instauração de todos os inquéritos policiais referentes aos crimes de ação civil pública, que foram informados, em 2008, pelo CIOP. De acordo com o Promotor de Justiça, Ricardo Alex Lins, um dos coordenadores da Caimp, a Central possui uma ferramenta para controlar a instauração desses inquéritos, cujas portarias não tenham sido lavradas.

“Estamos visando garantir o princípio da indisponibilidade da ação penal, independentemente de novas iniciativas das vítimas”, disse Ricardo Alex acrescentando que ele e o também coordenador da Caimp, Alexandre Varandas, pretendem, no primeiro trimestre deste ano, fazer novas gestões junto à Secretaria de Segurança Pública para que as conclusões e pleitos do relatório de



Promotor Ricardo Alex Lins



Promotor Alexandre Varandas

inspeções e visitas às delegacias da Capital, sejam finalmente atendidos, sob pena de ingressarem com uma ação civil pública.

Ricardo Lins relatou que a Caimp cadastrou 2.725 novos inquéritos e requisitou diretamente às autoridades policiais a instauração de 164 inquéritos. “Passam pela Caimp todos os inquéritos policiais em trâmite na Comarca de João Pessoa, quando já concluídos os

trabalhos da polícia administrativa, bem como para solicitação de prazo para diligências. Tramitam, ainda, os processos já tombados no Poder Judiciário, quando há requisição ministerial, uma vez que a Caimp funciona como elo de ligação entre a Polícia Civil, o Poder Judiciário e os Promotores Criminais da Capital”, explicou.

O Promotor explicou ainda que a Caimp recebe, também, representações criminais e notícias de crime oriundas dos diversos órgãos públicos (Procuradoria do Trabalho, Procuradoria da República, Curadorias do Cidadão, do Patrimônio Público, da Saúde) ou de advogados, onde é feita averiguação acerca da existência de inquéritos sobre os fatos noticiados e eventual requisição de instauração ulterior, em caso negativo. “Cumprindo tal mister, a Caimp funciona, portanto, como meio de controle externo da atividade policial, trazendo à tona e impulsionando a persecução criminal naqueles casos esquecidos pela autoridade policial”, observou.

MP e Educação traçam em Campina as metas do Programa “Aula-vaga, nunca mais”

Dentro da perspectiva de implantação do Programa “Aula-Vaga, Nunca Mais”, o promotor de Justiça e curador da Infância e Juventude de Campina Grande, Herbert Targino, reuniu-se com o secretário de Educação do Estado, Neroaldo Pontes, oportunidade em que definiriam as principais linhas de execução deste projeto, que deverá ser posto em prática nas escolas públicas locais durante todo o ano letivo que se inicia no próximo mês.

De acordo com o representante do Ministério Público em Campina Grande, o programa tem como objetivo primordial contribuir efetivamente para a diminuição da evasão escolar que atualmente atinge índices preocupantes nos estabelecimentos públicos nas fases fundamental e média de ensino.

Tanto para o promotor Herbert Targino quanto para o secretário Neroaldo Pontes o programa “Aula-Vaga, Nunca Mais” acabará de vez com o que classificam de “famigeradas aulas-vagas”, fenômeno escalar observado sem muito esforço nas escolas públicas



Promotor Herbert Targino

municipais e estaduais.

Contando com o respaldo pedagógico dos professores universitários Claudionor de Albuquerque Farias e Givanildo Gonçalves de Farias, esse programa objetiva, pe-

dagogicamente falando, ocupar os espaços vazios com aulas de conteúdos específicos nas perspectivas interdisciplinares e da contextualização.

Dentro desta proposta, segundo os envolvidos nesta iniciativa, será possível, por outro lado, incluir nos currículos escolares temas locais demandados pela sociedade onde a escola está localizada. Para eles, a discussão em salas de aula certamente se efetivará em práticas na construção de saberes escolares e, ainda, favorecerá à formação de consciências críticas capazes de conquistar a cidadania de forma autônoma, conforme as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Ao final da reunião, o promotor Herbert Targino e o secretário Neroaldo Pontes disseram que a princípio o Programa “Aula-Vaga, Nunca Mais” será implantado apenas nas escolas estaduais de ensino fundamental e médio existentes em Campina Grande, entretanto, a meta será expandi-lo nos demais estabelecimentos de ensino público nas demais regiões do Estado da Paraíba.

Titulares de Cartórios de Registros são orientados pelo MP para combater desvios de bens e proventos de pessoas idosas

OS TITULARES DOS SERVIÇOS DE NOTAS E REGISTROS DOS MUNICÍPIOS DE CAMPINA GRANDE, MASSARANDUBA, BOA VISTA E LAGOA SECA RECEBERAM RECOMENDAÇÃO SOLICITANDO PRECAUÇÕES A SEREM OBSERVADAS DURANTE A LAVRATURA DE ATOS DA SERVENTIA, VISANDO COMBATER O DESVIO DE BENS E PROVENTOS DE PESSOAS IDOSAS. A RECOMENDAÇÃO FOI EMITIDA PELO PROMOTOR DE DEFESA DOS DIREITOS DO CIDADÃO, LUIS NICOMEDES DE FIGUEIREDO.

“**P**retendemos com a expedição dessa recomendação renovar o compromisso que têm os titulares de serviços de notas e registros no desempenho de suas atribuições contribuir para a preservação dos direitos patrimoniais dos idosos, que por vezes, sofrem dilapidação nos valores oriundos de benefícios previdenciários. Isto acontece por comportamentos inescrupulosos vindos dos próprios familiares ou terceiros que se a aproveitam da boa-fé ou da frágil

condição pessoal do idoso”, afirmou Luis Nicomedes, explicando o porquê da recomendação.

O Promotor recomendou aos Cartórios a não utilização das denominadas “cláusula de irrevogabilidade e irretroatividade” expressas nas procurações outorgadas por pessoa idosa, com exceção dos casos que se fizerem necessários pela natureza jurídica do negócio; orienta a sempre outorgar procuração com prazo de validade, preferencialmente, fixado em até um ano, para que possa periodicamente ser renovada de acordo com as necessidades.

Além disso, consta ainda na reco-

mendação que na hipótese de surgimento de dúvidas sobre a condição mental da pessoa idosa, que pretenda outorgar procuração, exigir para fins de arquivamento na serventia a apresentação de declaração assinada por profissional médico atestando a sua sanidade mental, dentre outros procedimentos, cujo objetivo seja proteger os direitos dos idosos.

“Vale a pena ressaltar que o Estatuto do Idoso tipifica como crime as condutas consubstanciadas em induzir pessoa idosa sem discernimento de seus atos a outorgar procuração para fins de administração de bens ou deles dispor livremente, com pena de reclusão de dois a quatro, de acordo com o art. 16, coagir, de qualquer modo, o idoso a doar, contratar, testar ou outorgar procuração, com pena de reclusão de dois a cinco anos, conforme o art. 107 e lavrar ato notarial que envolva pessoa idosa sem discernimento de seus atos, sem a devida representação legal, como determina o art. 108”, destacou Nicomedes.

Justiça atende pedido de Promotor de Justiça e bloqueia mais de R\$ 600 mil de Prefeitura para pagar salários atrasados

O Promotor de Justiça Leonardo Fernandes Furtado, que responde pelas Promotorias das cidades de Condado e Malta, para garantir o pagamento dos salários dos servidores municipais, referentes aos meses de outubro, novembro, dezembro e o décimo terceiro, acionou o Poder Judiciário contra a Prefeitura do Município de Condado. O pedido foi atendido e a Justiça proferiu decisão determinando o bloqueio, nas contas públicas da Prefeitura, de mais de R\$ 600 mil, como garantia para o pagamento dos salários atrasados.

Conforme explicou o Promotor Leonardo Fernandes o pedido foi feito por meio de uma Ação Civil Pública e teve como objetivo regularizar o pagamento dos vencimentos de todos os servidores municipais de Condado.

“Chegou ao conhecimento da Promotoria o caos remuneratório instalado no referido município. Devido

ao problema foi instaurado procedimento administrativo ministerial, voltado a coletar informações, dados e documentos necessários à propositura da ação. Como, por exemplo, extratos bancários, denúncias dos servidores, diligências ministeriais e comprovantes das rendas municipais. Ao concluir a apuração das denúncias, o procedimento administrativo já contava com aproximadamente mil páginas, constatei ser injustificado o atraso no pagamento dos salários dos servidores, pois restou demonstrada a existência de valores suficientes à disposição da Prefeitura Municipal”, afirmou o Promotor.

Ele relatou ainda que a Ação Civil Pública foi ajuizada no final de novembro e que, como medida cautelar, a Justiça estadual havia determinado o bloqueio de aproximadamente R\$ 97 mil nos valores referentes ao FPM (Fundo de



Promotor Leonardo Fernandes Furtado

Participação dos Municípios) do Município de Condado e que os servidores estão recebendo os salários através de operação bancária determinada judicialmente.

“Dentre os fundamentos da atuação do Ministério Público, a Ação Civil Pública destaca que a regularidade no pagamento dos vencimentos homenageia a dignidade hu-

mana, bem como o próprio direito à vida, previstos na Constituição Federal. Esta mesma Constituição indica haver direito adquirido à remuneração por parte dos servidores, aos quais é assegurado o direito à segurança no seu recebimento, não podendo ser tolhida a remuneração sem o devido processo legal. Ademais, o atraso se configura como atitude desumana e degradante, além de ofender os objetivos fundamentais cravados na Lei Maior, tal como a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; erradicação da pobreza e da marginalização; redução das desigualdades sociais; promoção do bem de todos, sem qualquer forma de discriminação”, destacou o Promotor Leonardo Fernandes.

Ele enfatizou também que a não remuneração ao servidor ofende o princípio da continuidade do serviço público, podendo ser altamente nocivo à necessidade coletiva.

Promotora emite recomendação para que Prefeitura fiscalize cumprimento de exigências legais do Peti

MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA, POR MEIO DE PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CIDADE DE JUAZEIRINHO, ENVIOU RECOMENDAÇÃO À DIREÇÃO DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI) E À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO, PARA QUE FORNEÇAM AO CONSELHO TUTELAR DA CIDADE A LISTA COM OS NOMES DAS FAMÍLIAS QUE FAZEM PARTE DO PETI.

“**A** intenção com a emissão dessa recomendação foi verificar se foram cumpridas as exigências legais para a manutenção dessas famílias no programa, e assegurar que, este ano, só sejam aceitas as famílias que efetivamente estejam atendendo as determinações legais para a inclusão no sistema, ressaltando que o Conselho Tutelar local seja sempre consultado”, explicou a Promotora de Justiça Carmem Eleonora da Silva Perazzo.

De acordo com ela, populares denunciaram ao Ministério Público a existência de famílias integrantes do Peti que não preenchem os requisitos exigidos por lei para a continuidade no programa. Também há denúncias de que as famílias não estejam cumprindo as exigências para permanecerem no Programa do Sistema Único de Assistência Social (Suas).

A Promotora recomendou ao Conselho Tutelar de Juazeirinho que ao receber a lista das famílias que fazem parte do Peti, deve fazer uma verificação minuciosa, observando o cumprimento das exigências, ou não, para o ingresso ou continuação da família no programa. Deve ser entregue um relatório ao Ministério Público para análise e acompanhamento da inclusão de novas famílias no programa.

Consta ainda na recomendação que a Prefeitura de Juazeirinho também deve comprovar, no prazo de 10 dias, a instituição da Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil com seus respectivos membros.

Transporte Escolar – Carmen Perazzo



Promotora Carmen Eleonora Perazzo

zço também expediu recomendação às Prefeituras das cidades de Juazeirinho, Santo André e Tenório para que providenciem a fiscalização prévia, pelo Detran, de todos os veículos de transporte escolar.

Segundo a Promotora, a fiscalização deve ser realizada antes do início das aulas e o veículo que não for vistoriado, bem como os que forem detectados irregulares durante a vistoria, serão proibidos de realizar o transporte escolar, efetivando-se os descrescimento dos referidos veículos.

Servidores da Prefeitura de Salgado de São Félix têm seus salários garantidos

A Promotora de Justiça Substituta, Ilcleia Cruz de Sousa Neves, conseguiu ganhar a liminar que pedia o bloqueio das verbas públicas da Prefeitura de Salgado de São Félix-PB, e garantiu o pagamento dos salários atrasados dos servidores municipais.

“O Ministério Público tomou conhecimento do atraso de vários meses do pagamento aos servidores, através de denúncias. Comprovada a veracidade do que foi denunciado, chamamos o Prefeito e firmamos um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), no qual ele se comprometia a pagar os meses de novembro, dezembro e o 13º salários dos servidores”, relatou a Promotora.

Ela enfatizou ainda que o Prefeito só cumpriu parcialmente o TAC, o que motivou uma ação executiva por parte do Ministério Público. “Solicitamos o bloqueio das verbas do Município, na ordem de 60% do Fundo de Participação do Município (FPM), do Fundo de Saúde (FUS) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) para poder pagar o salário do maior número possível de servidores e fazer cumprir o TAC que já estava em atraso”, afirmou.

“A liminar foi deferida e nós conseguimos efetuar o pagamento de quase todos os servidores referente ao mês de novembro”, disse Ilcleia Neves, complementando que as verbas continuam bloqueadas para garantir o pagamento ao restante dos funcionários, além do 13º salário e o referente a dezembro.

Ilcleia Neves informou que teve também deferida a solicitação do bloqueio das verbas do Programa de Atenção Básica à Saúde (PAB), destinado exclusivamente para os servidores do Programa de Saúde da Família (PSF) e Programa de Saúde Bucal, que também não estavam recebendo seus salários.

Para a Promotora, a atuação do Ministério Público é fundamental neste momento de transição de gestores municipais, pois existe um grande temor, por parte dos servidores, dessas contas ficarem em aberto porque o atual prefeito não foi reeleito. “Em vista do fato do atual administrador municipal estar inadimplente com o pagamento dos servidores, e também pelo fato dele ter descumprido parcialmente o TAC, havia o perigo de que o mês de dezembro também ficasse sem ser pago. Por isso nós solicitamos a manutenção do bloqueio para garantir a continuidade do pagamento dos servidores”, justificou.